



**SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÃO AO TCU Nº , DE 2024**

(Do Sr. EVAIR VIEIRA DE MELO)

*Requer informações ao Tribunal de Contas da União sobre os indícios de pedalada fiscal do Governo ao alterar dados da Previdência para reduzir a projeção de despesa em R\$ 12 bilhões.*

Senhor **Presidente**,

Nos termos dos arts. 70 e 71 da Constituição Federal e na forma dos arts 60 e 61 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência que seja encaminhado ao Tribunal de Contas da União pedido de informações sobre os indícios de pedalada fiscal do Governo ao alterar dados da Previdência para reduzir a projeção de despesa em R\$ 12 bilhões.

Com o intuito de prestar esclarecimentos a esta Honrosa Casa, solicita-se as seguintes informações:

- *Qual foi a fundamentação técnica apresentada pelo governo para justificar a redução da taxa de crescimento vegetativo de 0,64% ao mês para 0,17%, e essa fundamentação é considerada válida e consistente?*
- *Quais foram os critérios e dados utilizados pela Diretoria de Benefícios e pela assessoria da Presidência do INSS para recomendar a alteração da taxa de crescimento vegetativo?*





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

- *Existe algum precedente em administrações anteriores em que alterações de parâmetros dessa magnitude foram realizadas com base em premissas semelhantes? Caso afirmativo, quais foram os resultados e consequências dessas ações?*
- *Até que ponto a mudança nos parâmetros de crescimento vegetativo e nas estimativas de despesas com benefícios pode ser vista como uma estratégia para acomodar interesses políticos e liberar emendas parlamentares?*
- *A prática de revisar as projeções de despesas de forma tão significativa está em conformidade com os princípios de responsabilidade fiscal e transparência previstos na legislação brasileira?*
- *Quais são os possíveis impactos a curto e longo prazo desta alteração nas projeções de despesas da Previdência Social sobre a sustentabilidade das contas públicas e a confiança nas instituições governamentais?*
- *O Tribunal de Contas da União já identificou, em auditorias anteriores, manipulações ou inconsistências semelhantes nas projeções de despesas com benefícios da Previdência Social? Se sim, quais foram as medidas adotadas?*
- *Quais são as implicações legais e administrativas para os responsáveis pela alteração dos parâmetros de crescimento vegetativo e pela consequente redução artificial das despesas projetadas com benefícios da Previdência Social?*
- *Existe uma previsão de auditoria específica para verificar a veracidade e a integridade dos dados utilizados pelo*





*INSS nas suas projeções recentes? Caso afirmativo, qual é o cronograma e o escopo desta auditoria?*

- As ações do governo na alteração dos parâmetros de projeção de despesas podem ser caracterizadas como improbidade administrativa? Caso afirmativo, quais seriam as possíveis sanções aos responsáveis?*

## JUSTIFICAÇÃO

Este requerimento tenciona o recebimento de informações por parte do TCU sobre os indícios de pedalada fiscal do Governo ao alterar dados da Previdência para reduzir a projeção de despesa em R\$ 12 bilhões.

Isto porque, conforme noticiado<sup>1</sup>, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) alterou dados da Previdência Social para reduzir a projeção de despesas com benefícios em cerca de R\$ 12 bilhões, segundo documentos obtidos pela Folha. A estimativa menor, incorporada ao relatório de avaliação do Orçamento do 2º bimestre, ajudou o Executivo a desfazer o bloqueio de R\$ 2,9 bilhões realizado em março e honrar o acordo para liberar mais R\$ 3,6 bilhões em emendas parlamentares. Sem a contenção nos números da Previdência, o cenário mais provável seria a imposição de uma trava ainda maior sobre despesas discricionárias, como custeio e investimentos, segundo dois técnicos do governo ouvidos sob reserva.

A mudança de última hora está registrada em notas técnicas do INSS, disponibilizadas pelo órgão após pedido feito com base na LAI (Lei de Acesso à Informação).

<sup>1</sup> <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/06/governo-alterou-dados-da-previdencia-para-reduzir-projecao-de-despesa-em-r-12-bi.shtml>





Em 15 de maio, a coordenação de Orçamento e Finanças do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) estimou que a despesa com benefícios alcançaria R\$ 912,3 bilhões neste ano. A conta considera o ritmo de execução dos gastos até abril de 2024 e um crescimento vegetativo de 0,64% ao mês, dada a redução das filas de espera.

Quatro dias depois, a Dirben (Diretoria de Benefícios) e a assessoria da Presidência do INSS emitiram outra nota técnica sugerindo o uso de uma taxa de crescimento vegetativo de 0,17%, equivalente a um quarto da anterior.

A recomendação resultou em uma nova estimativa de despesa com benefícios, emitida em 20 de maio, dois dias antes da divulgação do relatório. O valor ficou em R\$ 902,7 bilhões, dos quais ainda foram descontados outros R\$ 9,05 bilhões em economias esperadas com medidas de produtividade e revisão de benefícios.

A mudança de parâmetro também impactou a projeção de gastos com a compensação previdenciária, um acerto de contas feito com estados e municípios quando um antigo segurado do INSS se aposenta pelos regimes próprios desses entes.

Antes estimada em R\$ 10,2 bilhões, a despesa com a compensação previdenciária caiu para R\$ 7,96 bilhões.

Os efeitos, somados, evitaram um aumento de R\$ 11,84 bilhões nos cálculos de despesas com a Previdência Social.

Procurado, o INSS disse que a definição dos parâmetros "*observa um fluxo processual de informações entre áreas, que consideram aspectos diferentes*". Enquanto a área orçamentária considera o histórico executado, a Dirben incorpora impactos de ações de gestão na análise dos dados de concessão e suas respectivas tendências.





O presidente do órgão, Alessandro Stefanutto, disse à Folha que os dados de concessão de benefícios até abril foram impulsionados pelo programa de enfrentamento à fila. Segundo ele, esse ritmo não deve se manter no segundo semestre, uma vez que o estoque de requerimentos caiu.

*"O que tinha sido feito e que eu não concordei? Conta de padeiro. Com todo respeito a quem fez. [Calcularam] Como é que foi o mês de novembro, dezembro, janeiro, fevereiro, pega o número, multiplica e faz a predição. Está errado. Porque não vai continuar assim. O passado está acabando, a curva diminui", afirmou.*

Argumento semelhante foi apresentado pela Dirben na nota técnica de 19 de maio.

*"Destacamos que tais meses apresentam desafios operacionais: janeiro é um mês que a produtividade é reduzida de forma significativa em decorrência de férias das equipes; fevereiro possui o menor número de dias úteis do ano, com feriados prolongados; março assim como abril representam recuperação da capacidade produtiva, ultrapassando médias pois estamos em um cenário de vigência do PEFPS (Programa de Enfrentamento à Fila da Previdência Social)", diz o documento.*

Propor um crescimento vegetativo de 0,64% ao mês nesse período seria inapropriado, segundo a nota, porque o programa de enfrentamento à fila vale até 13 de agosto de 2024 (com possibilidade de prorrogação até novembro de 2024) e haveria uma tendência de acomodação no segundo semestre.

*"Desta forma, o crescimento vegetativo é afetado pelo número de benefícios concedidos, que é sazonal, sendo plausível a utilização do mesmo valor que usamos na Projeção Orçamentária das Despesas do Regime Geral de Previdência Social (RGPS): 2,09% de crescimento ao ano", afirma o documento.*





A taxa seria compatível com um crescimento vegetativo de 0,17% ao mês — parâmetro incorporado às estimativas oficiais.

A mudança afetou tanto as projeções orçamentárias, que sinalizam o valor do crédito a ser autorizado pelo Congresso para pagar a despesa, quanto as projeções financeiras, que representam o que vai efetivamente sair do caixa do governo neste ano e impactam as regras fiscais perseguidas pelo governo.

Há uma diferença estrutural entre esses dois números porque uma pequena parcela dos benefícios de dezembro é paga apenas no mês de janeiro. Mas o impacto da mudança no parâmetro é semelhante.

A estimativa inicial do governo era de uma despesa financeira de até R\$ 909,6 bilhões, considerando a possibilidade de a taxa de crescimento vegetativo alcançar 3,65% no acumulado do ano — quase o dobro da que foi contabilizada pelo INSS.

Mesmo com a economia de R\$ 9,05 bilhões com as revisões, o gasto da Previdência ainda ficaria em R\$ 900,1 bilhões. No entanto, o valor efetivamente incorporado foi de R\$ 889,5 bilhões.

No Comprev, a estimativa financeira inicial era de R\$ 9,5 bilhões, mas apenas R\$ 7,7 bilhões foram contabilizados no relatório.

Um técnico crítico à mudança dos parâmetros afirma que os números da Previdência precisarão ser "*consertados*" ao longo do ano.

Só nos primeiros quatro meses, foram concedidos 2 milhões de novos benefícios, um crescimento de 40,9% em relação ao mesmo período de 2023. Ainda que a desaceleração no segundo semestre se concretize, a expansão deve se manter significativa. Além disso, nem todos os benefícios concedidos são temporários, como o auxílio-doença.





Outro técnico do governo afirma que a adoção de um parâmetro menor não representa manobra para subestimar despesas e argumenta que algumas projeções são excessivamente conservadoras.

Para essa ala, incorporar uma "*gordura para não correr riscos*" nem sempre é justificável. Há também otimismo desse grupo com os resultados das revisões de benefícios em curso, o que pode abrir caminho para um ajuste gradual, se necessário.

A economista Vilma Pinto, da IFI (Instituição Fiscal Independente) do Senado, avalia que há, sim, algum grau de subestimação nos números da Previdência.

O órgão prevê um gasto total de R\$ 929,5 bilhões neste ano, valor que contempla não só os benefícios e a compensação previdenciária, mas também as sentenças judiciais da área. Neste recorte mais amplo, a estimativa do governo está em R\$ 917,8 bilhões. A diferença beira os R\$ 12 bilhões.

Segundo Pinto, a projeção da IFI leva em consideração a evolução recente dos benefícios emitidos (com crescimento em torno de 3,3%), o valor do salário mínimo e a inflação.

*"Levamos em conta alguma possível economia que leve a uma desaceleração dessa taxa de crescimento, mas em nenhum cenário seria possível chegar a um crescimento vegetativo de 0,17%, pelas nossas contas. Diante disso, eu acho que pode haver, sim, algum grau de subestimação nos números da Previdência"*, afirma a economista.

Ela chama a atenção para o fato de que o governo já precisou reconhecer parte da pressão, uma vez que a projeção total de R\$ 917,8 bilhões é maior do que os R\$ 908,7 bilhões previstos originalmente no Orçamento aprovado pelo Congresso.







Com efeito, a recente alteração nos dados da Previdência Social pelo governo federal, que resultou em uma redução artificial da projeção de despesas com benefícios em cerca de R\$ 12 bilhões, levanta sérias preocupações sobre a transparência e a integridade na gestão das contas públicas. A prática, que já é amplamente discutida sob o termo "*pedalada fiscal*", não apenas distorce a real situação financeira do país, mas também compromete a confiança pública nas instituições governamentais.

Em um contexto em que a responsabilidade fiscal e a transparência deveriam ser prioridades absolutas, manipular projeções orçamentárias para acomodar interesses políticos e facilitar a liberação de emendas parlamentares é, no mínimo, uma atitude irresponsável, porquanto que tal conduta indica que o governo está mais preocupado em manter alianças políticas e evitar cortes impopulares do que em apresentar um quadro honesto e preciso das finanças públicas.

A decisão de reduzir a taxa de crescimento vegetativo de 0,64% ao mês para 0,17%, com base em premissas questionáveis e sem transparência suficiente, mina a credibilidade das instituições envolvidas e abre precedente perigoso para futuras administrações. A justificativa apresentada pelo governo, de que a alteração reflete situação mais realista devido à redução das filas de espera e ao impacto das férias das equipes, não é convincente quando analisamos os dados e os procedimentos seguidos. Outrossim, conforme exposto, Especialistas independentes, como a economista Vilma Pinto, da IFI (Instituição Fiscal Independente) do Senado, já apontaram que há subestimação nos números da Previdência, com uma diferença de quase R\$ 12 bilhões entre as projeções do governo e as da IFI.

Ademais, ao revisar para baixo as projeções de despesas, o governo conseguiu desfazer o bloqueio de R\$ 2,9 bilhões realizado em março e liberar mais R\$ 3,6 bilhões em emendas parlamentares,







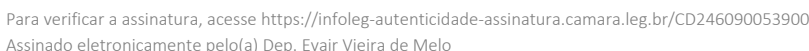
Apresentação: 17/06/2024 16:42:13.037 - CFFC

REQ n.173/2024

Destarte, é crucial que as instituições de controle, como o TCU, investiguem rigorosamente esses indícios de pedalada fiscal, sobretudo em vista de que a administração pública deve ser pautada pela transparência, responsabilidade e pelo compromisso com a verdade, evitando qualquer prática que possa comprometer a confiança da população e a sustentabilidade das finanças públicas. Sem isso, corremos o risco de perpetuar um ciclo de desconfiança e instabilidade que só prejudica o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Diante do exposto, respeitosamente, solicito que este Egrégio Tribunal de Contas se digne a conduzir investigação minuciosa sobre os indícios de pedalada fiscal do Governo ao alterar dados da Previdência para reduzir a projeção de despesa em R\$ 12 bilhões, dado a alteração de dados oficiais para maquiar a situação financeira do governo, no desiderato de se velar a efetividade das leis ou, se assim for necessário, tomar providencias com finalidade de que sejam concretizadas de forma eficiente e transparente.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2024.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Deputado EVAIR VIEIRA DE MELO**

Apresentação: 17/06/2024 16:42:13.037 - CFFC

**REQ n.173/2024**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD246090053900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Evair Vieira de Melo

